

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

- Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Satrio

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélho Guimarães Sotó Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 135.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 13 de Setembro de 1972**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel, Arizone Araújo, Fabiano Braga Côrtes, João Mansur, Luiz Roberto Soares e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 41 Srs. Deputados.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 61-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 182-69, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas, cria na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, para funcionar no ano letivo que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 62-72.  
Levanta-se a Sessão.

**2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 136.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 13 de Setembro de 1972**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel, Arizone Araújo, Fabiano Braga Côrtes, João Mansur, Luiz Roberto Soares e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**OFÍCIO:**

Do Senhor Deputado VICTORINO JAMES, Presidente da União Parlamentar Interestadual, comunicando a realização, em Fortaleza, do VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas, de conformidade com resolução adotada pelo Conselho Interparlamentar, no recente Encontro de Vitória, Espírito Santo. O referido conclave deverá instalar-se à noite do dia 21 vindouro (domingo), prolongando-se até o dia 28. — Ao conhecimento da Casa.

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 240-69, 189-71, 287-71, 14-72, 15-72, 26-72 e 114-72.

— De autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, solicitando dispensa de publicação de Redação Final, para o Projeto de Lei n.º 47-72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Egidio Michaelsen, ocorrido em 5 do corrente mês, no Rio de Janeiro.

Homem de destacada atuação política, foi ex-ministro da Indústria e

Comércio e, ao longo de sua vida pública, exerceu mandatos de deputado estadual e federal, o que demonstra uma vida dedicada aos interesses do país.

Outras atividades importantes desenvolveu durante sua vida, todas marcadas com brilhantismo, as quais o colocaram sempre em posição de destaque.

Requer, ao final, que através de expediente desta Assembléia, comunique-se à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) **Domício Scaramella**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário requer seja consignado nas Atas dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo, pelo "Dia da Imprensa", transcorrido no último dia 10, p. passado.

Sendo o maior veículo de comunicação de nossos tempos, vem a Imprensa testemunhar através de sua existência tudo de belo ou de ruim, os homens fizeram na sua ânsia pelo progresso da humanidade.

E através dela que sabemos da cura de uma doença, é ela que nos diz que mais bombas caíam no Vietnã, é a Imprensa que nos informa das catástrofes e alegrias do mundo, e é somente ela que nos colocou na situação de progresso que estamos.

Solicitamos outrossim, seja enviado cópia deste requerimento, ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) **Maurício Fruet**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, Requer:

1.º — seja inserta, na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de louvor ao "Diário Popular", matutino editado nesta cidade de Curitiba, pela vibrante linha democrática e decidido apoio às reivindicações populares que marcam a esclarecida orientação do jornal;

2.º — seja, desta decisão, dada ciência através de expediente desta Casa, ao jornalista Ali Bark, Diretor do "Diário Popular".

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de setembro de 1972.

a) **João Fadel**

**JUSTIFICATIVA:**

O "Diário Popular", desde sua fundação pelo jornalista Abdo Aref Kudri, marcou sua presença no cenário paranaense por suas posições de vanguarda em defesa das reivindicações populares e pela intransigente defesa dos ideais democráticos que todos desejamos cada vez mais concretizadas em nosso Brasil.

Sob a direção esclarecida do jornalista Ali Bark, profissional que tem uma tradição de lutas dentro do jornalismo paranaense, o "Diário Popular" adquiriu sua atual feição de jornal voltado inteiramente à defesa dos humildes, das que não têm vez nem dinheiro para se fazerem ouvidos em seus anseios mais legítimos e que, por isso, são frequentemente esquecidos pela grande imprensa muitas vezes mais ocupada em fazer silêncio do que tornar-se tribuna ativa do clamor do povo.

O "Diário Popular" modesto em sua apresentação, mantendo-se fiel ao seu título nunca pretendeu ser incluída no rol dos grandes jornais de nossa terra e, por isso, certamente conseguiu com brilhantismo sua posição de destaque hoje usufruída pelo aprego que lhe dedicam aqueles que vêem seus problemas tratados com seriedade pelo dinâmico matutino na abordagem dos quais sente-se com facilidade a perfeita identificação do corpo redatorial com a linha jornalística adotada pela empresa, decorrendo daí, em suas diversas seções, um espírito de autenticidade no noticiar os fatos os profissionais que ali labutam para com aqueles cujos dramas, desgraças e misérias de uma vida de sofrimentos eles relatam com veemência, na declarada expectativa de que aos despossuídos seja dado melhor amparo, melhores condições de vida e horizontes mais largos para encararem o futuro com certo otimismo.

Entendendo se esta a verdadeira missão do jornalismo acho, portanto, oportuno o presente requerimento, que, tenho certeza, encontrará acolhida entre meus ilustres Pares através do honroso e indispensável apoio que certamente dar-lhe-ão.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de louvor ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, pela sua recente viagem ao nosso Estado, na qual, para orgulho de todo o povo paranaense, veio assinar contrato para execução das obras da BR-153.

Tal rodovia, já de longo tempo era ansiosamente aguardada não só pelo povo paranaense, mas também, catarinenses e gaúchos, pois a mesma irá atravessar Santa Catarina, beneficiando vários dos seus Municípios, bem como Municípios do Rio Grande do Sul.

Esta nova estrada será a redenção do sul brasileiro, e como representante do povo de União da Vitória, Município este que será altamente valorizado por tal medida, apresentamos este requerimento como prova de reconhecimento às autoridades de nosso País, responsáveis por tão grande benefício.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) **Domício Scaramella**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Alunas do Colégio Cajurú acabam de escolher o Guarda Sinaleiro Miguel Renato Costa como paraninfo da turma de formandas deste ano, em atitude inédita e de alta significação, posto que abdicaram de praxe de prestigiar uma alta personalidade para realçar o trabalho incansável, valioso e via de regra anônimo dos homens que se dedicam a resguardar a segurança da população.

E de se louvar a alta sensibilidade daquelas jovens, cuja atitude bem retrata a tendência atual de fazer predominar valores humanos sobre as convenções. Homenageando assim um homem do povo, correto e dedicado nas suas funções de proteger uma pequena comunidade, valorizam aquelas moças parcela preciosa de relacionamento social, ou seja a fraternidade entre classes diferentes.

Sumamente desvanecedora deve ter sido o gesto não só para o guarda homenageado, que talvez encontre aqui o grande momento de sua vida, mas



para todo o Batalhão de Sinalização de Tráfego e para a própria Polícia Militar do Estado.

Assim sendo, requer o Deputado que adiante subscreve, manifeste esta Casa seu aplauso às alunas da 4.ª Série do Colégio Cajuru, pela sua alta sensibilidade humana, ao mesmo tempo que envie ao Batalhão de Sinalização de Tráfego e ao Comando da Polícia Militar do Estado parabéns e solicite o registro em Fôlha de Serviço de um voto de louvor desta Assembléia Legislativa do Paraná ao Guarda Sinalheiro Miguel Renato Costa, pela dignificação do seu trabalho e da função pública.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) Erondy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 311-70, que cria o Conselho de Recursos Fiscais, por não ter o mesmo mais objeto uma vez que já existe conselho semelhante, criado por Lei aprovada pelo Legislativo Estadual e oriundo de Mensagem Governamental.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) Antônio Lopes Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Mais uma vez a agricultura paranaense sofre danos consideráveis, face às recentes geadas que atingiram vasta área do Estado.

Primeiramente os prejuízos recaíram sobre a cafeicultura, e agora sobre as culturas de trigo e feijão.

Visitei demoradamente a região compreendida entre os rios Ivaí e Piquiri, e que tem como centro a cidade de Campo Mourão. Os estragos foram assombrosos.

Participei de uma reunião convocada pela "Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.", juntamente com triticultores, agrônomos, gerentes de Bancos e outros interessados, e as resultantes foram desanimadoras. E isso é um mau sintoma, para aqueles que com entusiasmo se dedicam à cultura aliterada do trigo e soja.

E por se tratar de atividade agrícola altamente dispendiosa, quase todos se socorrem de financiamentos bancários com prazo certo de liquidação.

Os estudos preliminares que se fizeram indicaram, desde logo, a necessidade de se protelarem os pagamentos desses débitos, bem como, a necessidade maior, de se deferir novos e melhores financiamentos para a cultura da soja que se aproxima.

Não há menor condição de estimulá-la e incrementá-la, aliás, de acordo com os planos de exportação do Governo Federal, se essas medidas não forem, de imediato, tomadas.

Ainda ontem, em audiência com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, entregava-lhe memorial da Cooperativa retro referida. Não há porque negar. O Governo está ciente do problema e das suas consequências. E já vem tomando as providências que a situação requer. Interessados já se reuniram em Guarapuava onde esteve o Secretário da Agricultura.

O Secretário da Fazenda já se dirigiu a Brasília para cuidar do mesmo assunto. E no dia 28 deste mês, o Governador irá discutir o problema diretamente com S. Exa. o Sr. Presidente da República.

A todo esse trabalho, em busca de uma solução para a economia do próprio Estado, deve se somar, evidentemente, a manifestação da Assembléia Legislativa.

Daí, porque apresentar o presente requerimento, pedir a aprovação do Plenário, no sentido de se levar aos órgãos federais, não só, o problema e sua gravidade, como também, solicitar medidas protetoras aos lavradores do Paraná.

Requer-se, pois, que se dê ciência ao Exmo. Sr. Presidente da República, Ministros de Estado da Fazenda, Agricultura e Planejamento e ainda ao Presidente do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) Armando Queiroz

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe telegrama ao Excelentíssimo Senhor Nestor Jost, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil S.A., em Brasília, apelando no sentido de que aquele estabelecimento bancário realize estudos objetivando a concessão de uma linha de crédito especial para os triticultores do Oeste e Sudoeste do Estado, que tiveram suas culturas de trigo assoladas pelas recentes geadas.

Segundo levantamento procedido pela Delegacia Regional do Ministério da Agricultura, os prejuízos na região atingida pelas geadas do início do mês, atingem a mais de 40 milhões de cruzeiros, havendo uma média de 60% na quebra da safra e em diversos casos a 90 e 100%. A própria Delegacia Regional informa que é de desespero a situação dos produtores de trigo que hoje reivindicam junto ao nosso principal estabelecimento de crédito, providências no sentido da dilatação dos prazos para pagamento de financiamentos e refinanciamentos.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) Sebastião Rodrigues

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 156-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado, de números um (1), quatro (4), cinco (5) e seis (6) da quadra n.º nove da planta do patrimônio da cidade de Cascavel ainda sob o domínio do Estado e os lotes de números sete (7), e dezesseis (16) da mesma quadra e, igualmente, da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, conforme registro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel sob n.º 15.408 fls. 140/1, do livro 3-AG, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A doação se destinará ao acervo da Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

a) Odilon Reinhardt

#### JUSTIFICATIVA:

Os imóveis acima, pertencem ao Depto. de Geografia Terras e Coloniza-

ção (DGTC), e se destinavam ao uso dos funcionários, abrigando a Inspeção de Terras ali sediada.

Após a conclusão a titulação de terras naquela região, os imóveis em pauta ficaram desocupados e quase que totalmente abandonados.

Ocorre que, a cidade de Cascavel foi beneficiada com a criação da Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", já em pleno desenvolvimento de sua atividade, com inúmeros cursos em funcionamento, proporcionando ensino de nível superior a um cem número de estudantes daquela cidade bem como de cidades circunvizinhas.

A adoção de tal medida, através da dotação dos referidos imóveis, viria aumentar sobremaneira o patrimônio da FUOP, além de prestar-se a uma causa mais justa e bem mais compatível com suas finalidades, do que a que se destina no presente momento, quando os referidos imóveis, encontram-se em estado de quase total abandono.

Tal solução, viria proporcionar a ampliação das instalações da FUOP, possibilitando desta forma para o futuro, o aumento do número de vagas em seus cursos, o que, sem a menor sombra de dúvidas estaria, abrindo novas oportunidades, que possibilitariam a um maior número de estudantes seu ingresso em cursos de nível superior.

Pode-se portanto concluir, como de inteira justiça a presente reivindicação, que, temos a mais absoluta certeza terá pleno apoio por parte dos nossos ilustres pares nesta Casa, bem como por parte do Poder Executivo do Estado, através do sancionamento do presente plano de Lei.

##### Projeto de Lei n.º 157-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, sociedade civil de caráter assistencial, com sede e fóro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) Muggiati Filho

#### JUSTIFICATIVA:

Visa esta proposição declarar de utilidade pública uma entidade que, conforme atesta o MM. Juiz Dr. José Wanderlei Resende, da Comarca de Arapongas, vem mantendo já, em pleno funcionamento, uma escola de excepcionais — a Escola da Criança Excepcional Lions Clube de Arapongas. Estabelecimento modelar no gênero e um dos mais importantes em todo o Estado, é de fato, de real utilidade pública, há longa data.

Daí, "data venia", nada mais justo que se transformar em Lei esse fato, em favor dessa instituição, a fim de que a mesma possa participar das subvenções que considera imprescindíveis ao pleno e cabal desenvolvimento de suas altruísticas atividades.

##### Projeto de Lei n.º 158-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica acrescentada no Artigo 55, da Lei n.º 5944, de 21 de maio de 1969, o parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único — para promoção aos postos de oficialato, de Tenente a Tenente-Coronel, inclusive, será obedecida rigorosamente dentro de uma mesma turma a ordem de classificação intelectual ao término do CFO, e COA, somente podendo ser iniciada a promoção de integrantes de uma turma após ter sido promovido o último da turma anterior com direito à promoção.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972.

a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 5944, de 21 de maio de 1969, que estabeleceu princípios, requisitos e processamento para promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado, de modo inexplicável para diploma de tamanha significação silencia quanto ao critério de acesso aos vários postos de oficialato não estabelecendo nenhuma norma a ser seguida para promoção de integrantes de uma mesma turma.

O fato vem gerando um certo compreensível estado de tensão entre os oficiais da Polícia Militar do Estado, porquanto tem se verificado promoções a postos mais elevados de oficiais com menos tempo de serviço e integrantes de turmas mais recentes, em preterição de direito líquido e certo de oficiais há mais tempo no posto.

Além do mais, alguns oficiais mais jovens vêm sendo beneficiados com cursos de especialização no exterior, o que lhes acarreta pontos positivos para efeito de promoção, tornando ainda mais difícil a situação de oficiais com mais tempo no posto mas sem aquele benefício.

Assim, a presente lei pretende estabelecer um critério de justiça para efeito de promoção, determinando a obediência rigorosa dentro de uma mesma turma, por ordem de classificação decrescente de seus integrantes, no que se refer ao aproveitamento intelectual após o término dos CFO, e COA.

Preende, também, estabelecer que somente poderá ser iniciada a promoção de integrantes de uma turma após a do último da turma que lhe for imediatamente antecedente, com direito a promoção, ter sido promovido.

Os nobres Deputados que estão afeitos aos problemas que afligem a sacristia da classe de oficiais da Polícia Militar do Estado, certamente saberão complementar com seus conhecimentos a justificativa do presente Projeto de Lei e, por isso dar-lhe-ão seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Todos sabem — não é mais segredo para ninguém — a enormidade de prejuízos sofridos pelos plantadores de trigo em nosso Estado.

Pessoalmente tive oportunidade de sentir e verificar esse problema (ão difícil para a região que, com muita honra, represento nesta Casa e que é Campo Mourão).

Tenho sentido e verificado uma soma de esforços dos lavradores, soma também não menor das cooperativas do Governo do Estado no sentido de se encontrar uma solução que possa ajudar aos triticultores.

Vendo tanto trabalho somado, tanto esforço conjugado, resolvi apre-



sentar um Requerimento com o propósito de que a manifestação desta Casa se una e some às demais.

O Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lendo)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa.

Mais uma vez a agricultura paranaense sofre danos consideráveis, face às recentes geadas que atingiram vasta área do Estado.

Primeiramente os prejuízos recaíram sobre a cafeicultura, e agora sobre as culturas de trigo e feijão.

Visitei demoradamente a região compreendida entre os rios Ivaí e Piquiri, e que tem como centro a cidade de Campo Mourão. Os estragos foram assombrosos.

Participei de uma reunião convocada pela "Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda", juntamente com triticultores, agrônomos, gerentes de Bancos e outros interessados, e as resultantes foram desanimadoras. E isso é um mau sintoma, para aqueles que com entusiasmo se dedicam à cultura alternada do trigo e soja.

E por se tratar de atividade agrícola altamente dispendiosa, quase todos se socorrem de financiamentos bancários com prazo certo de liquidação.

Os estudos preliminares que se fizeram indicaram, desde logo, a necessidade de se protelarem os pagamentos desses débitos, bem como, a necessidade maior, de se deferir novos e melhores financiamentos para a cultura da soja que se aproxima.

Não há a menor condição de estimulá-la e incrementá-la, aliás, de acordo com os planos de exportação do Governo Federal, se essas medidas não forem, de imediato, tomadas.

Ainda ontem, em audiência com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, entregava-lhe memorial da Cooperativa retro referida. Não há porque negar. O Governo está ciente do problema e das suas consequências. E já vem tomando as providências que a situação requer. Interessados já se reuniram em Guarapuava onde esteve o Secretário da Agricultura.

O Secretário da Fazenda já se dirigiu a Brasília para cuidar do mesmo assunto. E no dia 28 deste mês, o Governador irá discutir o problema diretamente com S. Exa. o Sr. Presidente da República.

A todo esse trabalho, em busca de uma solução para a economia do próprio Estado, deve se somar, evidentemente, a manifestação da Assembléia Legislativa.

Dai, porque apresentar o presente Requerimento, pedir a aprovação do Plenário, no sentido de se levar aos Órgãos Federais não só, o problema e sua gravidade, como também, solicitar medidas protetoras aos lavradores do Paraná.

Requer-se, pois, que se dê ciência ao Exmo. Sr. Presidente da República, Ministros de Estado da Fazenda, Agricultura e Planejamento e ainda ao Presidente do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1972".

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente srs. Deputados.

Apresentamos à consideração da Casa requerimento consignando na Ata dos trabalhos da Sessão, a passagem ocorrida no último dia 10, do dia dedicado à imprensa. Agora, desta Tribuna, voltamos a focar o assunto, lembrando a importância do trabalho da imprensa como forma de comunicação, de união entre os povos. Acima de tudo, numa época em que sob o regime Militar Mac Luaniano a imprensa desempenha uma função expressiva, como fogo centralizador dos problemas, das alegrias, das tristezas, das angústias de um povo, de uma Nação, de um continente, enfim, de toda humanidade. E para que ela possa exercer plenamente esse direito, é preciso que possa desempenhar as suas atividades sem qualquer tipo de censura, pois havendo um único tipo de censura, deixará de existir liberdade de imprensa.

Permitam-me os companheiros desta Casa, citar neste momento uma definição que julgamos a melhor, a mais objetiva e mais precisa, a respeito da censura, da liberdade de imprensa, de um grande brasileiro, um brasileiro que se hoje estivesse vivo talvez comungasse com o mesmo pensamento da Oposição; um brasileiro que dedicou a sua vida à defesa do direito, da liberdade, da justiça: Rui Barbosa. "De todas as liberdades, é a de imprensa a mais necessária e a mais conspícua: sobranceira e reina entre as mais. Cabe-lhe, por sua natureza, a dignidade inestimável de representar todas as outras. Sua importância é tão incomparável que, entre os anglo-saxônicos, os melhores conservadores e os melhores liberais do mundo, sempre foi gêmea do governo representativo a crença de que não se pode levantar a mão contra a liberdade de imprensa, sem abalar a segurança do Estado. The freedom of the press can not be impaired without danger to the State. Não se suprime essa liberdade, senão para ocultar a ausência das demais, e estabelecer em torno dos governos ruins o crepúsculo favorável à comodidade dos tiranos".

Outra citação de Rui Barbosa: "Dêem-nos uma lei de censura, por moderada que seja, e nós comprometemos a fechar a porta a todos os jornais, ou fazer de todos eles meras serventias do governo".

A grande realidade é a frase de Rui que se aplica hoje em dia em muitos países, mas fizemos questão de deixá-la consignada nesta Sessão como homenagem de um grande brasileiro à imprensa como homenagem, talvez do mais brilhante defensor da justiça, à grande arma de comunicação entre os povos.

O segundo assunto que nos traz à Tribuna, diz respeito à crise que vem sendo atravessada pela indústria de torrefação de café em nossa Capital, em nosso Estado, em nosso País.

Para que os nossos colegas possam tomar dela idéia, da violência dessa crise, é preciso lembrar que desde a sua criação, vem o IBC atuando decisivamente na política cafeeira, assegurando remuneração adequada ao produtor, adotando medidas dirigidas ao aumento equilibrado da produção e do consumo, estabelecendo eficientes mecanismos de distribuição, procurando manter ou elevar a receita de exportação do produto. Na execução desta política, define a qualidade dos cafés para os mercados internos e externo, regulamentando e fiscaliza os tipos e qualidades e fixa os preços de comercialização;

A partir de 1959, quando volumosos excedentes de safras permaneciam em mão do governo, acarretando pesados ônus aos cofres públicos, iniciou o IBC "A Campanha do Aumento do Consumo Interno", visando a aumentar o consumo brasileiro do café, através da oferta ao consumidor, a preços reduzidos, de café torrado e moído de boa qualidade. Procurou assim a autarquia diminuir os enormes estoques em seu poder.

A política de subsídios ao consumo interno teve como resultados positivos o expressivo aumento do consumo (5,1 milhões de sacas de 60 quilos em 1960, para aproximadamente 9 milhões de sacas em 1971), a maioria da qualidade do produto e a atração de novos consumidores.

3. Para a execução desta política, o IBC estabeleceu subsídios ao consumo interno e passou a fixar os preços de venda do café torrado e moído tanto no atacado como no varejo. Surgiu daí a necessidade de criar-se extensa rede oficial de armazenagem e distribuição, bem como um complexo de fiscalização para todo o território nacional, o que resultou no gigantismo do setor competente no IBC. O controle de preços, aumentando excessivamente o subsídio ao produto, teve como efeito colateral o incentivo ao descaminho e o aumento exagerado do número de torrefações.

4. O setor de Torrefação e moagem, integrado exclusivamente por empresas e empresários genuinamente nacionais, em virtude da baixa da taxa de retorno do investimento, suportou durante mais de uma década todo ônus desta política, representando pela defasagem entre o aumento contínuo e desordenado dos preços e tarifas de bens e serviços (insumos) e a fixação dos preços finais, contingenciados e reajustados por longos períodos.

5. Em decorrência, viu-se a maioria das empresas de torrefação e moagem em estado de verdadeira insolvência, com problemas de ordem industrial e comercial — reequipamento, modernização, ampliação de capacidade de produção; ficou-se assim, efetivamente, vindo o estrangulamento da atividade empresarial de um setor econômico genuinamente nacional, constituído de pequenas e médias empresas.

6. Em 1969, as geadas nas principais zonas produtoras, a agressiva política de racionalização da cafeicultura provocaram uma rápida queda nos estoques governamentais, o que aliado a constatação do elevado custo pago pelo governo pela garantia de abastecimento de 9 milhões de sacas levou finalmente à adoção de uma política realista de preços, com a redução progressiva dos subsídios ao consumo interno e finalmente a total liberação dos preços para o torrefador e para o consumidor (Resolução n. 539).

7. Os resultados da adoção de uma política realista para o setor, fizeram-se sentir imediatamente, através do livre jogo das forças de mercado num regime de economia capitalista.

Retornou-se às atividades empresariais em que existe o risco e, para este, uma remuneração variável de acordo com a capacidade e eficiência do empresário. Imediatamente, diferentes "marcas" passaram a representar diferentes "blends" procurando atingir todas as camadas de consumidores.

8. De outro lado, a liberação do preço da matéria-prima ensejou a sua procura diretamente junto ao produtor pagando-se por ela seu valor real, ao mesmo tempo que representou um aumento nos custos de produção das torrefadoras dos quais a referida matéria — prima participa com aproximadamente 70%.

9. Apesar da intensa disputa pelo mercado, na qual o torrefador vem procurando reduzir custos através da melhor utilização da capacidade instalada, da modernização da empresa, da melhoria da qualidade e apresentação do produto, mantendo ou reduzindo as margens de comercialização existentes anteriormente, era de se esperar brusca elevação no preço para o consumidor, em decorrência da eliminação dos subsídios.

10. De outro lado, vem o Governo elevando continuamente os preços mínimos garantidos ao produtor, visando a manutenção da renda real do setor, ameaçada pela flutuação do dólar, o que representa a certeza da elevação do custo da matéria-prima para o torrefador.

"Exemplos: Resolução IBC n. 555 de 27 de abril de 1972)

11. Os resultados dessa política a nível de Empresa determinaram uma situação quase que paradoxal para a indústria de torrefação e moagem: alta no mercado pulante e de grandes dimensões e que não tem condições de se beneficiar dessa oportunidade que o mercado interno ora oferece, ao mesmo tempo em que não compartilha do progresso que atinge a todos os setores fabris.

Impressadas entre o tabelamento da matéria prima e do produto principal as torrefações viram perder, no tempo, a identidade de seus produtos, e sua imagem junto ao mercado consumidor, a sua lucratividade e a sua capacidade de expansão.

12) A indústria de torrefação encontra-se hoje enfraquecida com perspectivas limitadas, e um quadro conjuntural que impõe às empresas do setor as seguintes características:

a) — não possuem condições para modernização de seu parque industrial, imprescindível à melhoria da qualidade do produto, de sua produtividade e de sua lucratividade;

b) não têm capacidade de concorrência com grupos estrangeiros que pretendem ingressar nessa indústria e, se nenhuma nova medida for tomada, esse ramo de atividade correrá o risco da desnacionalização. A esse respeito, vale lembrar que a imprensa noticiou o interesse de capitais japoneses, italianos e norte-americanos da nossa indústria de moagem de café, já que o Brasil constituiu-se no segundo mercado mundial com o consumo anual da ordem de 8,5 milhões de sacas. A ameaça de desnacionalização constitui uma das maiores preocupações das empresas do setor;

c) a elevada capacidade ociosa deste ramo fabril, acrescida do grau de obsolescência do seu equipamento, não lhe permite concorrer de forma adequada, com a indústria de café solúvel. Vale assinalar que as empresas de café solúvel encontram-se em melhores condições de concorrência no ramo do café moído, porque também contaram com os inúmeros incentivos financeiros fiscais por parte do Governo, que lhes permitiu a captação de vultosa soma de recursos, com o objetivo inicial de exportação e que se voltam hoje para o mercado interno para disputar o lugar de empresas que não tiveram o mesmo apoio e tratamento;

d) a redução da taxa do crescimento do consumo interno impõem às empresas do ramo, um grau de concorrência raramente encontrado em outros ramos fabris. Vale destacar que esta queda de taxa de expansão do consumo interno, decorre, dentre outros fatores, da falta de promoção do produto e de estímulo a seu consumo, impostos pelo tabelamento e pela descapitalização das empresas do ramo;



e) o retabelamento do café moído por um organismo (SUNAB) completamente sem experiência no setor. Esta iniciativa se choca de maneira frontal com a recente medida do Governo, de fortalecimento da pequena e média empresa.

13) O tabelamento da SUNAB não considera o preço do café cru e a diferença entre o preço do café moído ao consumidor e o preço do café cru pago pelos torrefadores representaram uma margem insuficiente para as despesas de industrialização e comercialização.

O quadro I abaixo mostra a evolução dessas diferenças desde setembro de 71 até agosto de 72.

#### QUADRO I

Comparação entre os preços do café cru, café moído para o revendedor e café moído para o consumidor:

Preços médios vigentes na Guanabara.

Meses	Café cru	Café Moído ao revendedor	Café Moído ao consumidor
71/set.	80,00/110,00	4,10	4,60
out.	110,00	4,10	4,60
nov.	110,00/120,00	4,70	5,30
dez.	110,00/130,00	4,70	5,30
72/jan.	130,00	4,70	5,20
fev.	140,00	5,30	6,00
mar.	140,00	5,35	6,00

#### EXTINÇÃO do IPI

Abril	152,00	5,06	5,70
maio	160,00	5,06	5,70
jun.	170,00	5,06	5,70
jul.	220,00	5,06	5,70
agosto	215,00	5,80	6,30

14. O nível fixado pela SUNAB conduz, irremediavelmente, todas as empresas do ramo a um prejuízo real como a seguir comprovamos.

— Responsabilizamos os órgãos federais pela crise insustentável que sofrem os torrefadores de café em todo o território nacional.

1. Café cru (Resolução 536, IBC)	4,48
2. Custo de Industrialização e margem de lucro	1,75
3. ICOM (16%)	1,00

SUB-TOTAL ..... 7,23

4. Preço líquido do torrefador	
— Tabelamento do consumidor SUNAB-PR	6,30
— Margem do Comerciante	0,50
PREJUÍZO — Cr\$/k	5,80

#### Estimativa dos prejuízos mensais das torrefações no Paraná

1,43 x 1.920.000 kg = Cr\$ 2.745.600,00

na Guanabara  
prejuízo por k x consumo mensal  
1,43 x 2.880.000 k = Cr\$ 4.118.400,00

Em São Paulo  
1,43 x 11.520.000 k = Cr\$ 16.473.600,00

No País  
1,43 x 35.520.000 k = Cr\$ 50.793.600,00

— Este é o ônus que o Governo está impondo às indústrias de torrefação em nosso Estado e em todo o Território Nacional.

15. Os dados acima mostram que a continuação do tabelamento determinará fatalmente, o fechamento de inúmeras fábricas em todo o País, com repercussões negativas em vários setores, as quais, estarão por certo em oposição às intenções e metas do Governo.

16. Por outro lado parece lógica uma definição de autoridade, impondo-se reconhecer que o IBC — órgão responsável pela execução da política interna e externa do café em consonância com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional, com lastro de 20 anos de experiência e acompanhamento do setor, apresenta os melhores pre-requisitos para a correta tomada de decisões no que respeita ao preço do café torrado e moído no mercado brasileiro. Vale assinalar que o IBC baseado neste longo trato com o mercado, chegou a conclusão que face as circunstâncias que caracterizam a atual situação no mercado interno e externo, a única medida adequada seria permitir a total liberdade de comercialização, conforme consubstanciou em sua Resolução n. 539, de 1971, Art. 30".

— Vejam os senhores Deputados, enquanto o Governo afirma que está adotando uma política de favorecimento ao povo brasileiro, enquanto o Governo afirma taxativamente que está contendo o custo de vida, isto tudo se faz em prejuízo de indústrias instaladas que contribuem, como no Paraná mensalmente com 1.600 cruzeiros em ICM, indústria esta que está tendo em todo o território nacional, um prejuízo exatamente de Cr\$ 50.793.600,00 mensais. São 35.520 mil quilos consumidos mensalmente no mercado interno, com prejuízo de 1,43 por quilo. E seria assim de se afirmar que está havendo demagogia, em prejuízo de indústrias que colaboram com o desenvolvimento nacional, de indústrias que se vêem às portas de uma crise financeira insustentável, enquanto uma decisão real definitiva, neste sentido não se faz sentir.

É preciso lembrar ainda, prezados companheiros que os sindicatos de torrefadores de café do Brasil, há mais de três meses na Guanabara, reunidos, apresentaram memorial a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, a S. Exa. o Sr. Ministro da Indústria e Comércio. Encaminharam cópia desses memoriais a S. Exa. o Sr. Presidente da República e de três meses para cá, nenhuma solução foi tomada. De três meses para cá, vêm as torrefações, perdendo por quilo de café vendido ao comércio, a importância de Cr\$ 1,43.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos acompanhando com real interesse o importante pronunciamento de V. Exa., que se refere a uma das mais importantes economias, não só

de nosso Estado, mas de todo o País. Realmente vimos que V. Exa. conseguiu dissecar a matéria em todos os seus ângulos, principalmente o que entendemos de real importância, não só em relação à crise especificamente dos torrefadores, mas de todos os pequenos industriais e pequenos comerciantes, cujo destino parece ser o de desaparecer diante desta política financeira do País. Gostaríamos, então, e apenas como uma pequena colaboração ao pronunciamento de V. Exa., registrar que entendemos ainda sob outro aspecto sob o aspecto que entendemos interessa à economia doméstica, à economia do povo, um ponto que parece realmente absurdo. É justamente este da SUNAB fixar vários preços para os cafés de consumo interno, quando é sabido que a SUNAB não tem condições de determinar a qualidade do café e seus respectivos preços. De modo que não podemos entender o que a SUNAB faz para determinar o preço do café em suas variações com referência à qualidade do produto a ser consumido pelo povo. Mas a grande realidade, e que nos preocupa seriamente também, é a de que o café produto nacional, produto que consideramos o segundo em importância no mercado internacional, e que era e tem sido até agora, pelo menos pelo que se tem conhecimento, a bebida do trabalhador, do homem que leva a sua marmita e sua garrafa de café, vai deixar de ser a bebida do povo porque, segundo relato de V. Exa. e mais o que estamos acompanhando, vendo e vivendo, o café deixará de ser um produto consumível pelo povo, a não ser que se deteriore completamente a bebida, para se tornar um produto altamente luxuoso no mercado interno. Congratulo-me com V. Exa. por abordar assunto de tamanha importância para a nossa economia.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. eminente Deputado Muggiati Filho, Presidente do Movimento Democrático Nacional no Estado do Paraná e gostaria de salientar que, além do fato salientado pelo eminente Deputado, um outro nos preocupa sobremaneira. É a desnacionalização das indústrias que se dedicam ao ramo de torrefação de café e moagem no território nacional, possibilitando o ingresso no mercado interno, o segundo maior do mundo, de grupos estrangeiros que vêm para cá única e exclusivamente com o objetivo de lucrar mais às custas da miséria do povo brasileiro.

Não adiantaria encerrar este nosso pronunciamento com requerimentos de ordem prática endereçados ao Presidente do IBC, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Indústria e Comércio, à S. Exa. o Senhor Presidente da República, porque tenho certeza de que nada adianta, porque essas medidas já foram adotadas há três meses atrás, conforme me referi e até agora, nenhuma medida de ordem prática foi tomada pelos responsáveis e que venha de encontro aos interesses do produtor, do consumidor.

Fizemos apenas esta contestação para que fique registrado este fato, na Assembleia Legislativa, a fim de que todos tomem conhecimento do problema através dos Anais desta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, embora o assunto já tenha sido quase que exaustivamente abordado desta Tribuna, eu me permito ainda trazer breves considerações sobre o mesmo, e encaminhar à Mesa desta Assembleia requerimento dirigido ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, chamando a atenção daquele estabelecimento de crédito para os prejuízos da triticultura decorrentes das últimas geadas que se abateram sobre o Sul do País.

Represento, nesta Casa, o Sudoeste do Paraná, juntamente com outros Srs. Deputados. E todo o Paraná sabe que minha região tem na triticultura grande parte da sua renda, e que necessita, para seu progresso e para seu desenvolvimento, do amparo efetivo a essa cultura.

Tive oportunidade, pessoalmente, de constatar, em caminhadas pelo Sudoeste paranaense, os prejuízos decorrentes das geadas que se abateram sobre as lavouras de trigo.

Ora, Srs. Deputados, entendo que se o Governo estimula o plantio do trigo, se o Governo faz, da auto-suficiência para a lavoura do trigo, o motivo de sua política, também ele deve ter o cuidado de amparar os triticultores, neste momento de necessidade, necessidades decorrentes de causas fortuitas e para as quais não contribuiu o agricultor.

Desta forma, encaminho requerimento ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que seja estudado concessão de novos auxílios aos lavradores atingidos também para plantio de novas lavouras, já que as autoridades do Estado reconhecem — e foi publicado pela imprensa de nossa Capital, que os prejuízos são de grande monta e que o Estado, inclusive, já se propôs a auxiliar os agricultores que tiveram suas lavouras danificadas, para o plantio de outras lavouras, como a soja, por exemplo.

Desta forma, encaminho à Casa, e pego aprovação dos Srs. Deputados, para este requerimento, porque entendo que esse assunto já foi trazido ao conhecimento da Casa e é mais uma voz que se soma no sentido de solicitar providências para os agricultores. E os agricultores do Sudoeste são, sobretudo, pequenos agricultores, e não têm a sua lavoura de trigo apenas para ganhar dinheiro e aplicar em outros investimentos maiores. Ao contrário, eles têm, na lavoura, uma forma de subsistência. Acho que, dificilmente, terão condições de cumprir seus compromissos. E tal acontecendo não terá, também, dentro das normas do referido Banco, condições de obter novos financiamentos para o plantio de novas lavouras. É comum, quando ocorrem fatos como esses, que os agricultores, aqueles que representam os agricultores, procurem medidas junto ao Banco do Brasil, no sentido de retardar o pagamento de seus débitos.

Muitas vezes pude observar, como funcionário do Banco do Brasil, raras vezes tive oportunidade de observar um acontecimento que exigisse a atenção do Banco, como esse que ultimamente se verificou no Sudoeste do Paraná e que, pelo noticiário da imprensa, também ocorreu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Não é um abalo apenas à economia de minha região, é um abalo na economia do Estado do Rio Grande do Sul, que tem na produção do trigo um elemento básico de sua produtividade agrícola.

Portanto, creio que se justifica plenamente o pedido que endereço à alta direção do Banco do Brasil e que, por isso, também, terá o acolhimento dos Srs. Deputados.

S. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto também de grande importância me traz a esta Tribuna nesta Tarde. Estamos às vésperas de um pleito eleitoral, em que serão escolhidos as novas administrações para os Municípios do Estado do Paraná e de todo País. É comum que nesta época



ca vícios lamentáveis de um passado que queremos ver um dia superado, voltem a ter lugar. É um mecanismo de pressão através de delegados, através da fiscalização do Estado, buscando favorecer os candidatos governamentais. Todo Paraná sabe que tem à frente de seu governo de seu Estado um homem probo, um homem horrado. Sei que procedimentos dessa natureza jamais seriam defendidos, estimulados pelo Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Creio mesmo que S. Exa. repeliaria de forma veemente procedimento desse a que me referi.

No entanto, os vícios das eleições passadas, a tradicional forma de pressionar o eleitorado do interior, temos nós que possa voltar a ser posto em prática.

Existe mesmo hoje, Sr. Presidente, um candidato que se gaba, porque processado estava e como processado não poderia concorrer às eleições. Existe neste Estado um candidato que se gaba de, na presença do Sr. Procurador da Justiça deste Estado, ter ouvido quando S. Exa. chamou o promotor e disse a ele, "voce vai para determinada Comarca, para assumir por alguns dias, para não apelar da decisão que o Juiz vai proferir, porque se trata de um candidato do Governo do Estado". Existe um candidato se gabando disso pelo Paraná agora e é preciso que o Governador saiba do que se está fazendo à sombra do seu governo, à sombra do seu nome, porque isso não diminui só aquela autoridade, mas o próprio nome do Estado do Paraná.

Sabemos do que se trama também no ramo da fiscalização, troca de funcionários para favorecer candidatos do governo, em diversas regiões do Estado.

Queremos dizer desta Tribuna ao povo do Estado do Paraná, que o Movimento Democrático Brasileiro irá publicamente denunciar esses funcionários, irá publicamente denunciar essas medidas, para que o povo do Paraná saiba do que se está fazendo aqui.

É lamentável, Srs. Deputados que isso volte a ocorrer em nosso Estado, mas se esquecem esses funcionários que nós dispomos de horários gratuitos na televisão, dispomos de rádio e também de uma imprensa corajosa para denunciar, com seus verdadeiros nomes, os crimes e as corrupções que pretendem praticar em defesa de candidatos que supõem erroneamente serem candidatos do Governo, já que o Governo não pode ter candidato algum. O Governo é Governador de todos os paranaenses e acredito que este seja o entendimento do Sr. Governador do Estado. Enganam-se aqueles que pretendem proceder desta maneira, pressionando, buscando através de Delegados de Polícia, buscando, através de Promotores, com compromissos de não apelação, enganam-se eles pretendendo que satisfazem aos interesses do Sr. Governador do Estado. Ninguém irá satisfazer os interesses do Chefe do Executivo, manchando o nome do seu governo, lançando mão de procedimentos espúrios como estes que eu aqui venho relatar.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Meus cumprimentos eminente Deputado Sebastião Rodrigues, Líder de nossa Bancada, que fala desta Tribuna a respeito de falsos e pretensos paternalismos de órgãos do Poder Público, ou mesmo de ordens pessoais de candidatos às eleições que se avizinham do pleito de 15 de novembro e V. Exa. tem a nossa inteira solidariedade no instante em que afirma que o MDB irá realizar uma permanente fiscalização para se evitar esse tipo de abuso tão comum em eleições passadas, das quais temos notícias de companheiros que as enfrentaram em tempos anteriores, pressões essas que V. Exa. se referiu ao indicar como provocadas por alguns setores de fiscalização, provocadas por Delegados em alguns Municípios do Paraná, provocadas enfim por pessoas que exercem funções públicas e pelas quais teriam obrigação de participar de um pleito com total isenção de ânimo, com total isenção de paternalismo junto a candidatos. Por esta razão, o Diretório do MDB de Curitiba, com o objetivo de prestar inclusive um auxílio ao Diretório Regional do Partido, nós instalamos uma Comissão específica, com esse objetivo, Comissão esta que irá fazer não só denúncias mas irá exigir o cumprimento da participação do Supremo Tribunal Eleitoral que regula o setor de propaganda para este pleito, que regulamenta o setor de participação de órgãos públicos, pessoas jurídicas ou privadas, em termos das eleições de 15 de novembro de 1972.

Este fato, eminente Deputado, não é apenas uma quebra de ética em termos de eleições, é acima de tudo um fato criminal, crime punido com cadeia pela legislação. E é preciso, inclusive que se fixe bem claro que atitudes desta natureza não irão ocorrer mas se ocorrerem, pretendemos denunciar, fazendo uso da legislação específica que dá cadeia àqueles que infringirem estes preceitos. Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradecemos a V. Exa. o aparte, nobre Deputado Maurício Fruct, e esclareço ao nobre companheiro e à Casa que a liderança do MDB está endereçada a todos os nossos candidatos do MDB, está endereçando a todos os nossos candidatos e aos nossos Diretórios do Interior a seguinte Circular.

"E velho e lamentável costume em nosso Estado o uso de todas as formas de pressão, através de responsáveis pela administração estadual, por ocasião das eleições municipais. Assim é que neste, nesta época, interesses políticos insistem em colocar ao lado dos candidatos do Partido do Governo Delegados de Polícia, fiscalização estadual etc. desnaturando importantes funções com mero objetivo eleitoral. Estamos certos de que tais procedimentos não serão estimulados, e pelo contrário, serão mesmo repelidos pelo Governo honrado do professor Pedro Parigot de Souza. Isto posto, encarecemos aos prezados companheiros, seja prontamente participada a esta liderança qual o Presidente do nosso Diretório Regional, qualquer forma de pressão de órgãos e de funcionários estaduais a fim de que possamos levar este fato ao conhecimento do Sr. Governador do Estado e do Povo paranaense por meio da televisão, rádio e jornais e exibir a punição dos responsáveis. Estaremos assim cumprindo a nossa missão fiscalizadora e contribuindo para a moralidade administrativa, objetivo proclamado fundamental pelos quais dirigim o Estado e a Nação".

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, prepara-se o MDB para as eleições municipais de 15 de novembro próximo. Esperamos que não se repitam aqueles fatos que tanto mancharam a história política de nosso Estado no Passado, e acreditamos e reafirmamos aqui a nossa crença de que o Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza não permitirá, à sombra do seu Governo, que processos escusos se instalem no sentido de evitar que o povo se defina livremente nas urnas de 15 de novembro.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, pode ser que o aparte que vou neste instante dirigir a V. Exa. venha estarecer a Casa e a muita gente que tiver dele conhecimento.

Mas vou dizer, que sou político por vocação cívica e não por interesses

escusos. Formei-me numa escola técnica que timbrou sempre em fazer do seu partido, embora pequeno, uma escola democrática de civismo e de ação política.

Conservo ainda estes ideais e esta minha formação filosófica. E assim pensando, devo dizer que eu repilo energicamente qualquer atitude como esta que V. Exa. está denunciando. E pode contar, aí é que muita gente pode ficar estarecida, com o meu inteiro apoio a qualquer atitude de qualquer Partido, que venha a coibir abusos de certos elementos que não têm a coragem cívica de disputar livremente um pleito eleitoral.

Estes elementos, parece que como no futebol, querem ganhar no apito e não querem ganhar dentro do campo.

O que está ocorrendo, como diz V. Exa., tem ocorrido até dentro da própria ARENA. Era história de ARENA 1, ARENA 2, ARENA 3, os meios mais escusos têm sido utilizados. E nós temos que formar uma barreira única, dos homens de bem daqueles que querem uma política sã contra todos aqueles que querem enxovalhar a política nacional. Poder contar com meu apoio. E eu quero também dizer a V. Exa., e estou certo também como V. Exa., que o Sr. Governador Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza não permitirá e não permite. Precisamos levar ao conhecimento de S. Exa. qualquer abuso de Poder verificado por elementos do Interior ou na Capital do Estado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte, e quero dizer a V. Exa. que, em absoluto, o seu aparte não estarece a esta Casa, não estarece este orador e à Bancada do MDB.

Nós que acompanhamos a carreira política de V. Exa., sabemos do seu procedimento, que tem sido sempre de defesa dos princípios sadios que devem imperar na vida pública não só do nosso Estado mas de toda a Nação. Lamentavelmente digo a V. Exa., grande parte desses acontecimentos, se deve ao famigerado sistema de comandos políticos. Sei, repito, porque caminho por todo este Estado, que o povo paranaense e os políticos podem discordar do Governo do Sr. Pedro Viriato Parigot de Souza, no aspecto político e em muitas das medidas administrativas que S. Exa. tomou ou vier a tomar, mas é do consenso geral que no Governo do Estado do Paraná encontra-se um homem honrado que há de pretender zelar pelo bom nome de seu governo e eu apelo hoje a S. Exa., desta Tribuna, apelo que terei oportunidade de fazer a S. Exa., em carta que pretendo dirigir ao Chefe do Executivo Estadual, para que terminadas as eleições municipais, não quero preterir que S. Exa. faça isso antes mas, que terminadas as eleições municipais, S. Exa. extinga, de uma vez por todas, este sistema de "Comandos Políticos", que é um retrocesso na vida política de nosso Estado. Que S. Exa. procure não fazer de Inspetorias de Ensino, um prêmio aos políticos regionais. Que procure fazer das Inspetorias de Ensino, cargos de carreira, para as quais são levados ou levadas os elementos mais bem dotados e com folha de serviço excelentes, prestado ao ensino do Estado do Paraná.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado e eminente Líder da nossa Bancada, gostaria que me permitisse trazer um subsídio e citar como exemplo de negação de democracia, numa campanha política que é o maior sentido do regime democrático, de trazer como exemplo de negação de democracia por um representante do povo, uma denúncia que recebi, quando estive em Toledo, de companheiros nossos, de que um Deputado Federal do Paraná, através da Rádio Colmeia, de Toledo, disse aos ouvintes daquela emissora, que não deviam votar em candidato a Prefeito do MDB, porque os Prefeitos municipais do MDB não têm entrada no Palácio do Governo e o Sr. Governador do Estado não recebe Prefeitos Municipais eleitos pelo MDB.

Com relação ao fato de Prefeitos do MDB ou da ARENA precisar de auxílio do Governador do Estado é um problema de administração que nós sabemos que não tem nada de relevante; porque os Municípios têm autonomia hoje. Mas o sentido pejorativo com que foi dito e usado, do sistema de intimidação a que V. Exa. está fazendo referência, por autoridades que estão acostumadas a coagir, mas usar desse mesmo sistema um homem que é representante do povo? Nos leva a acreditar que entre infelizmente, dos que lutam pelo regime democrático, que são, principalmente os que ocupam cargos eletivos, existem ainda elementos que não merecem a honra de ser representantes do povo, porque não têm dignidade para respeitar o voto do povo.

Obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. o aparte, eminente Presidente do meu Partido no Paraná e conheço o episódio ocorrido em Toledo a que V. Exa. se refere.

É lamentável, sobre todos os aspectos, que um homem investido em um mandato de Deputado Federal vá para uma emissora de rádio, proferir perseguições desta natureza. Porque quem corre o risco de se sentir desgastado violentamente pelo eleitorado mais esclarecido, ao afirmar que é necessário que se tenha prefeito do mesmo Partido do Governo para que o Município possa progredir; porque contra ele existe a opinião do eleitorado da cidade de Londrina, que é a cidade do nosso Estado onde existem eleições livres para escolha de Prefeito.

Corre ele o risco de receber a seguinte pergunta: por que o povo de Caxias do Sul e Santa Maria não pensa assim? Corre o risco de receber a pergunta: Por que o povo de Blumenau, das grandes cidades de Santa Catarina não pensa assim? São pensamentos que estes homens, ultrapassados na política, pensam que conseguirão fazer com que impere no raciocínio do povo do interior.

Mas já o Brasil e o Estado do Paraná se encontram totalmente interligados em seus Municípios por uma TV, por um sistema de telecomunicações avançado e hoje o povo do interior também acompanha a vida política do Estado e da Nação e consegue formar sua própria opinião independentemente da mensagem destes líderes ultrapassados.

O Deputado Federal a que V. Exa. se refere, é muito conhecido sobretudo por sua atitude de subserviência, através dos diversos mandatos que já teve. Também lamenta V. Exa. que existem homens assim. Mas existem de fato. Existem os que conquistam coisas na luta, existem aqueles que conquistam servindo com dignidade, mas existem os que fizeram da subserviência, que fizeram da bajulação o meio de vida e o fruto quase eterno de seu mandato.

Mas, voltando ao assunto, apelo ao Governador Parigot de Souza que, terminadas as eleições municipais, estude a reformulação total deste critério absurdo de comandos políticos. Vejam o que iremos ter após estas eleições. Deputados com poder de indicar autoridades para Municípios, Municípios onde vão ser eleitos candidatos da ARENA, às vezes contrários a este mesmo Deputado, e os Prefeitos terão, no âmbito municipal, autoridades hostis a si mesmos.



É preciso que o Governador acabe com o condomínio de sua autoridade. Quem manda no Estado é o Governador. Quem tem o poder de nomear e desnomear é o Governador. Deputado não é cargo executivo. Sei que S. Exa. está preso a este processo velho de política, que há anos vem interferindo neste Estado. Sei que S. Exa. não deve, como político que é, à frente do Governo do Estado, examinar a possibilidade de tocar este critério antes das eleições municipais. Mas espero que S. Exa. deixe esta contribuição ao Estado do Paraná, contribuição que há de merecer o aplauso e o reconhecimento de todo o povo de nosso Estado, reformulando este critério absurdo. Este critério de caciquismo político já ultrapassado na maioria dos Estados da Federação e implante aqui um critério rigoroso, um critério de observar os valores, para a indicação das autoridades municipais. Sei que S. Exa. há de reformular este esquema e deixar, como legado moralizador de seu Governo, a quebra deste sistema de comandos políticos.

Tenho certeza de que o Governador Parigot de Souza fará isto e deixa aqui o apelo da Liderança do MDB, da Bancada de nosso Partido nesta Casa e sei que este apelo consubstancia a vontade de todo o povo do Paraná.

Vamos acabar com o sistema de comandos políticos, vamos colocar à testa das Inspetorias de Ensino, não quem o Deputado indique, mas gente de carreira, vamos criar uma carreira porque o Ensino não pode estar junpido, submisso a interesses eleitoreiros de qualquer um. O Ensino é coisa séria, é o Ensino que plasma o caráter, a cultura da mocidade que há de tomar conta do Estado no futuro.

Apelo a V. Exa., Governador Parigot de Souza, para que reformule este critério e deixe à Casa e ao Paraná de que nós, do MDB, iremos publicamente, pela TV, pela Rádio, denunciar todas as formas de pressões, com os nomes dos responsáveis por estes atos que diminuem a autoridade de quem for capaz de praticá-los.

Vamos para esta campanha, cumprir nossa missão de fiscalizar! Dentro desta missão se encontra a obrigação de denunciar ao povo, de denunciar ao Governador os nomes dos que procuram sob todos os modos diminuir a dignidade de seu Governo, enlameando um período de administração que poderá receber crítica, mas, tendo certeza, será um período reconhecidamente honrado na administração de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**Redação Final** — do Projeto de Lei n. 112-72 — Mensagem n. 29-72, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do fundo de reequipamento do Departamento de Trânsito — **FUNRESTRAN.** — **Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 238-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 110-71, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades Assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as formas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM EMENDA.** — **Aprovado com Emenda.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 207-71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, fica criada uma Faculdade de Educação, no sede do Município de Cornélio Procopio. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 47-72, de autoria do Dep. Ovidio Franzoni, fica denominado Ginásio Estadual "Professor Pedro Facchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Resolução n. 1-61, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n. 2-66, de outubro de 1966. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 177-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **COM EMENDA SUBSTITUTIVA.** — **Aprovado com Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 28-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 136-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA.** — **Aprovado com Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 157-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 219-71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (SOLEAS). Parecer favorável da C.C.J. **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado**

#### Projeto de Lei n.º 219/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — SOLEAS.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — SOLEAS — mantenedora do Seminário Vicente Pallotti, de Londrina, ocupa posição de real destaque no campo educacional do norte paranaense. Os serviços educacionais que presta ao povo do Paraná em geral e em específico, ao de Londrina, não podem e não devem ser esquecidos pelos poderes estaduais. A referida Sociedade, para prosseguir nos seus meritosos e louváveis fins educacionais, luta com problemas financeiros dos mais difíceis sem contudo arrefecer o ânimo e o ideal sendo declarada de utilidade pública estadual, já que a municipal foi conseguida. a — SOLEAS — continuará com mais denodo o aprimoramento intelectual da juventude deste Estado.

#### Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao Projeto de Lei n.º 219-71

I — O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que cabe a esta Comissão examinar, visa declarar de utilidade pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social.

II — Referido Projeto, está perfeitamente de acordo com os dispositivos da Lei Federal n.º 91, de 2.5.61, regulamentada pelo Decreto n.º 50.517, de 2.5.61, donde se conclui que a mesma preenche os seguintes requisitos, contidos no seu Estatuto:

- a) — que tem personalidade jurídica;
- b) — que está em funcionamento há mais de 1 (um) ano;
- c) — que seus diretores não são remunerados, por qualquer forma e;
- d) — que presta, desinteressadamente auxílios à coletividade.

IV — Quanto aos aspectos constitucional, legal e da oportunidade que esta Comissão tem a examinar, não há restrição a fazer.

V — Dadas as considerações expostas, somos pela sua aprovação, desde que observado o Substitutivo Geral anexo, que melhor atenda a técnica legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Erondy Silvério

Luiz Roberto Soares

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Basílio Zanusso

#### Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 219-71

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — (SOLEAS), com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Presidente

Relator — Cândido Martins de Oliveira

**1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 238-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### Projeto de Lei n.º 238-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

a) Dep. Basílio Zanusso

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Profissional dos Lustradores de Calçados com sede e foro nesta cidade, congrega a classe de trabalhadores humildes, os quais comumente são chamados de engraxates.

Referida Entidade acha-se devidamente registrada no Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Delegacia Regional deste Estado, conforme se infere da fotocópia anexa.

Tratando-se de Associação que está a merecer a declaração de utilidade pública, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.

#### Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei N.º 238-71

AUTOR: Basílio Zanusso

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital



**PARECER**

O Projeto está de conformidade com os requisitos legais. Não há nenhum reparo de ordem jurídica. Concluo pela **aprovação**.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Luiz Roberto Soares — Relator  
Maurício Fruct  
Erondy Silvério  
Ovidio Franzoni  
Cândido Martins de Oliveira  
Basílio Zanusso

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fazer reverter ao Patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

**Projeto de Lei n.º 27-72**

MENSAGEM N.º 6-72

Curitiba, 12 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá mediante doação, uma área de terras com 4.980 m<sup>2</sup> (quatro mil novecentos e oitenta metros quadrados), situada na "Vila Madeira", daquela cidade.

A área em questão foi havida pelo Estado, através de doação feita pelo referido Município, conforme escritura pública lavrada em 2 de setembro de 1967, pelo 1.º Tabelionato da Comarca de Paranaguá, para destinação, em prazo e condições estabelecidos na lei municipal n.º 605, de 20 de setembro de 1966.

Não tendo a Administração Estadual utilizado tal imóvel, a reversão pretendida não só é justa, como também consulta plenamente aos superiores interesses da coletividade, tendo em vista a Interventoria de Paranaguá haver esclarecido necessitar da citada área, a fim de que nela seja construído, pelo município, um: amplo e moderno estabelecimento do ensino.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Pedro Viriato Parigot de Souza  
Governador do Estado

Excelentíssimo

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/Capital.

**Anteprojeto de Lei**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá, uma área de terras de 4.980 m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e oitenta metros quadrados), situada na "Vila Madeira", daquela cidade, área essa havida pelo Estado conforme doação feita pelo referido Município, através de Escritura Pública datada de 2 de setembro de 1967, lavrada sob n.º 228, pelo 1.º Tabelionato da Comarca de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**PROJETO de Lei n.º 27-72**

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem n.º 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica.

I — Trata-se de doação, feita ao Estado pelo Município de Paranaguá, que obedecia a condições e prazo, no tocante à sua destinação. Nota-se em princípio que as exigências não foram cumpridas, desta forma, a doação por si só, torna-se nula.

II — No entanto, visto o interesse e a necessidade da administração municipal no que se refere ao aproveitamento da área doada, houve por bem o Exmo. Sr. Governador do Estado tomar a iniciativa da reversão.

III — Face ao exposto, e, ainda com o abono da justificativa perfeita apresentada, opinamos favoravelmente.

Feia aprovação.

Sala das Comissões,

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Emílio Carazzzi — Relator  
Luiz R. Soares  
Maurício Fruct  
Cândido M. de Oliveira  
Santos Lima  
Ovidio Franzoni  
Muggiati Filho

**Comissão de Terras, Imigração e Colonização**

**PROJETO de Lei n.º 27-72**

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Reverte ao Município de Paranaguá área de terras.

PARECER

1.) Havida por doação, a área de terras situada na cidade de Paranaguá, não foi aproveitada pelo Estado, razão pela qual se procura reverter, agora, ao patrimônio daquele Município, onde sua administração já manifestou interesse em ali construir um amplo e moderno estabelecimento de ensino.

2.) Segundo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, não há impedimento legal para sua reversão.

3.) O nosso parecer é pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.5.1972.

aa) Arizone Araújo — Presidente  
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator  
Marciano Baraniuk  
Xenofontes Villanueva  
Francisco Escorsin

**Comissão de Finanças**

**PROJETO de Lei n.º 27-72**

MENSAGEM Governamental N.º 6-72

PARECER

1.) Através da presente proposição pretende o Senhor Governador que o Poder Executivo seja autorizado a, mediante doação, fazer a reversão ao patrimônio do Município de Paranaguá de uma área de terras que foi havida pelo Estado por doação daquele mesmo município uma vez que não foi dada a utilização prevista na lei municipal.

2.) As doudas Comissões de Constituição e Justiça e Terras, Imigração e Colonização manifestaram-se favoravelmente ao projeto.

3.) Quanto ao aspecto financeiro que o exame da matéria comporta nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1972.

aa) Fuad Naeli — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
João Fadel  
Antonio Lopes Júnior

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO, desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**Projeto de Lei n.º 55-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1972.

a) Dep. Leopoldo Jacomel

**JUSTIFICATIVA:**

A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO, com sede nesta Capital, possuindo os Cursos Ginasial, Científico, Contabilidade, Secretariado e Administração em pleno funcionamento desde 1968, vem prestando serviços excepcionais no aprimoramento estudantil de nossos jovens e daqueles que impossibilitados retornam após muito tempo aos bancos escolares, procurando fazer um dos Cursos acima mencionado em menor prazo, como é chamado os mini-cursos com calendário especial.

O mais importante é ressaltarmos que no presente ano letivo 2.365 alunos frequentam esta Associação com o cognome de "Colégio RUI BARBOSA" e "CURSOS OBJETIVOS FILOJURI", dos quais 280 alunos possuem Bolsas de Estudo fornecidas pelo Colégio, isto representa que mais de 10% dos alunos são favorecidos, aos impossibilitados de pagarem as já pequenas mensalidades, digo pequenas mensalidades pelo motivo deste Colégio estar abaixo dos demais estabelecimentos de ensino da Capital, que oscilam entre Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensal, enquanto que neste Estabelecimento a mensalidade é de apenas Cr\$ 54,00 (cincoenta e quatro cruzeiros).

Desta forma os nobres companheiros, podem observar que é uma instituição tipicamente filantrópica, que procura desde a data de seu funcionamento aprimorar aqueles que necessitam de maior conhecimento, com menor tempo e economia financeira, o que não ocorreria se procurassem outros estabelecimentos de ensino congêneres.

**Comissão de Constituição e Justiça**

PARECER ao Projeto de Lei n.º 55-72

De autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, o plano de Lei em exame, visa, autorizar o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Ensino, com sede e foro nesta Capital.

O Projeto está devidamente justificado e anexado ao mesmo, certidão do registro das pessoas jurídicas, a inscrição da Sociedade Civil "Associação Paranaense de Ensino".

Trata-se de autorização Legislativa, e não ferindo dispositivo constitucional, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Erondy Silvério — Relator  
Paulo Camargo  
Santos Lima  
Cândido Martins de Oliveira  
Igo Losso  
Muggiati Filho

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios às viúvas dos suplentes de deputado estadual como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

**Projeto de Lei n.º 76-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva de suplente de Deputado Estadual, que tenha exercido o mandato por tempo superior a seis meses, pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação própria da Assembléia Legislativa, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

a) — Deputado Alvaro Dias

**JUSTIFICATIVA:**

Será feita da tribuna.



Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei n.º 76-72

AUTOR: Deputado Álvaro Dias

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder à viúva de suplente de Deputado Estadual, que tenha exercido o mandato por tempo superior a seis meses, pensão mensal correspondente a um terço da parte dos respectivos subsídios.

PARECER

Pretende o nobre Deputado Álvaro Dias, pelo Projeto de Lei ora submetido ao estudo desta Comissão, autorizar o Poder Executivo a conceder à viúva de suplente de Deputado Estadual, que tenha exercido o mandato por tempo superior a seis meses, pensão mensal de valor correspondente a um (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

A nobreza da iniciativa nos convence da oportunidade da proposição e que a pretensão é das mais corretas.

Sob o aspecto legal e constitucional que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que a mera autorização legislativa não colide com qualquer dispositivo.

Tendo em vista as considerações acima expendidas e por entendermos perfeitamente justa a proposição é que opinamos favoravelmente a sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovidio Franzoni — (voto vencido)

Emílio Carazzai

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

Comissão de Finanças

Projeto de Lei n.º 76-72

PARECER

De autoria do Deputado Álvaro Dias, o projeto em questão visa autorizar o Executivo a conceder à viúva de suplente de Deputado que tenha exercido o mandato por tempo superior a seis meses, pensão mensal correspondente a um terço da parte fixa dos respectivos subsídios.

A Comissão de Constituição e Justiça, no devido tempo, opinou favoravelmente ao projeto.

No mesmo sentido entendemos que esta Comissão se deve manifestar, tendo em vista que o suplente que exerce o mandato popular durante aquele tempo, em razão do afastamento natural de suas atividades profissionais e outras limitações, se equipara, a esse título, ao deputado efetivo. De modo que sua viúva faz jus a uma pensão, agora fixada em um terço dos subsídios fixos do deputado estadual.

Faz-se exposto, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Jão Fadel — Relator

Antônio Lopes Júnior

Odilon Reinhardt

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 38-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão e as Funções Gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado — Pareceres favoráveis da C.C.J. e da C.F.. Favorável ao Projeto e Contrário às EMENDAS. — COM EMENDAS e em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

38/72

Curitiba, 4 de agosto de 1972.

Projeto de Lei n.º 127-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

O anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, objetiva, ainda, a majoração dos vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal.

Em complementação à majoração de remuneração concedida sob a forma de abono provisório, pela lei n.º 6.279, de 31 de maio do corrente ano — que essa Augusta Casa de Leis houve por bem aprovar, em função das razões apresentadas pelo Executivo através da Mensagem n.º 1-72 — é que encaminho o anteprojeto fixando novos níveis de vencimentos ao funcionalismo dos três Poderes e do Tribunal de Contas, a vigorarem a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

As tabelas de remuneração ora submetidas a essa Assembléia Legislativa Estadual, resultam de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Administração, cujas conclusões tomaram por base, entre outros, os seguintes fatores fundamentais:

I — a atual conjuntura financeira do Estado, observadas a taxa de crescimento da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses;

II — as determinações emanadas da Carta Magna da Nação e da legislação federal aplicáveis à espécie;

III — a determinação de manter a despesa global com pessoal, em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme preceituam os artigos 64 da Constituição Federal e 34 da Constituição do Estado; e

IV — a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos.

Para atendimento às despesas decorrentes da majoração proposta, o Plano de Lei em questão contém disposição expressa autorizando a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de Cr\$ 6.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a: Pedro Viriato Parigot de Souza  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de outubro de 1972, fixados na forma das tabelas constantes dos Anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente lei.

Parágrafo único — O pagamento do abono provisório da que trata a lei n.º 6.279, de 31 de maio de 1972, fica sustado a partir da data estabelecida no "caput" deste artigo.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os de Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados a partir de 1.º de outubro de 1972, na forma estabelecida nas tabelas contidas no Anexo V, desta lei.

Art. 3.º — O salário família fica fixado em Cr\$ 18.00 (dezoito cruzeiros) por dependente.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — Os vencimentos decorrentes desta lei, não incidirão nem servirão de base de cálculo das vantagens instituídas pela lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 e pelo art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que, em consequência, permanecem com seus valores inalterados.

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a execução da presente lei.

Art. 7.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO "I"

Vencimentos dos Funcionários do Poder Executivo

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	
1	Cr\$ 276,00
2	Cr\$ 276,00
3	Cr\$ 276,00
4	Cr\$ 276,00
5	Cr\$ 276,00
6	Cr\$ 276,00
7	Cr\$ 280,00
8	Cr\$ 286,00
9	Cr\$ 297,00
10	Cr\$ 308,00
11	Cr\$ 328,00
12	Cr\$ 348,00
13	Cr\$ 385,00
14	Cr\$ 425,00
15	Cr\$ 462,00
16	Cr\$ 502,00
17	Cr\$ 579,00
18	Cr\$ 656,00
19	Cr\$ 732,00
20	Cr\$ 810,00
21	Cr\$ 887,00
22	Cr\$ 964,00
23	Cr\$ 1.041,00
24	Cr\$ 1.118,00
25	Cr\$ 1.194,00
26	Cr\$ 1.272,00
27	Cr\$ 1.349,00
28	Cr\$ 1.426,00
29	Cr\$ 1.503,00
30	Cr\$ 1.582,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1—C	Cr\$ 1.980,00
2—C	Cr\$ 1.822,00
3—C	Cr\$ 1.676,00
4—C	Cr\$ 1.542,00
5—C	Cr\$ 1.419,00
6—C	Cr\$ 1.305,00
7—C	Cr\$ 1.201,00
8—C	Cr\$ 1.105,00
9—C	Cr\$ 1.017,00
10—C	Cr\$ 935,00
11—C	Cr\$ 861,00
12—C	Cr\$ 792,00
13—C	Cr\$ 728,00
14—C	Cr\$ 670,00
15—C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	
1—F	Cr\$ 264,00
2—F	Cr\$ 225,00
3—F	Cr\$ 198,00
4—F	Cr\$ 159,00
5—F	Cr\$ 146,00
6—F	Cr\$ 119,00
7—F	Cr\$ 93,00
8—F	Cr\$ 80,00
9—F	Cr\$ 66,00
10—F	Cr\$ 53,00

TABELA D — INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Posto ou Graduação	
Coronel	Cr\$ 1.254,00



Ten. Coronel . . . . .	Cr\$ 1.183,00
Major . . . . .	Cr\$ 1.043,00
Capitão . . . . .	Cr\$ 905,00
1.º Tenente . . . . .	Cr\$ 839,00
2.º Tenente . . . . .	Cr\$ 775,00
Asp. a Oficial . . . . .	Cr\$ 685,00
Subtenente . . . . .	Cr\$ 585,00
1.º Sargento . . . . .	Cr\$ 554,00
2.º Sargento . . . . .	Cr\$ 528,00
3.º Sargento . . . . .	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 3.º a. . . . .	Cr\$ 521,00
Cadete Esc. Of. 2.º a. . . . .	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 1.º a. . . . .	Cr\$ 497,00
Cabo . . . . .	Cr\$ 425,00
Soldado . . . . .	Cr\$ 385,00
Soldado Recruta . . . . .	Cr\$ 359,00

ANEXO "II"

Vencimentos dos Funcionários do Poder Legislativo

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	
1 . . . . .	Cr\$ 271,00
2 . . . . .	Cr\$ 274,00
3 . . . . .	Cr\$ 286,00
4 . . . . .	Cr\$ 297,00
5 . . . . .	Cr\$ 308,00
6 . . . . .	Cr\$ 320,00
7 . . . . .	Cr\$ 331,00
8 . . . . .	Cr\$ 343,00
9 . . . . .	Cr\$ 354,00
10 . . . . .	Cr\$ 365,00
11 . . . . .	Cr\$ 400,00
12 . . . . .	Cr\$ 434,00
13 . . . . .	Cr\$ 479,00
14 . . . . .	Cr\$ 525,00
15 . . . . .	Cr\$ 594,00
16 . . . . .	Cr\$ 662,00
17 . . . . .	Cr\$ 742,00
18 . . . . .	Cr\$ 822,00
19 . . . . .	Cr\$ 901,00
20 . . . . .	Cr\$ 981,00
21 . . . . .	Cr\$ 1.061,00
22 . . . . .	Cr\$ 1.141,00
23 . . . . .	Cr\$ 1.221,00
24 . . . . .	Cr\$ 1.301,00
25 . . . . .	Cr\$ 1.380,00
26 . . . . .	Cr\$ 1.460,00
27 . . . . .	Cr\$ 1.540,00
28 . . . . .	Cr\$ 1.620,00
29 . . . . .	Cr\$ 1.700,00
30 . . . . .	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1—C . . . . .	Cr\$ 1.980,00
2—C . . . . .	Cr\$ 1.822,00
3—C . . . . .	Cr\$ 1.676,00
4—C . . . . .	Cr\$ 1.542,00
5—C . . . . .	Cr\$ 1.419,00
6—C . . . . .	Cr\$ 1.305,00
7—C . . . . .	Cr\$ 1.201,00
8—C . . . . .	Cr\$ 1.105,00
9—C . . . . .	Cr\$ 1.017,00
10—C . . . . .	Cr\$ 935,00
11—C . . . . .	Cr\$ 861,00
12—C . . . . .	Cr\$ 792,00
13—C . . . . .	Cr\$ 728,00
14—C . . . . .	Cr\$ 670,00
15—C . . . . .	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	
1—F . . . . .	Cr\$ 264,00
2—F . . . . .	Cr\$ 225,00
3—F . . . . .	Cr\$ 198,00
4—F . . . . .	Cr\$ 159,00
5—F . . . . .	Cr\$ 146,00
6—F . . . . .	Cr\$ 119,00
7—F . . . . .	Cr\$ 93,00
8—F . . . . .	Cr\$ 80,00
9—F . . . . .	Cr\$ 66,00
10—F . . . . .	Cr\$ 53,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo	
Diretor Adjunto . . . . .	Cr\$ 3.125,00
Assistente Técnico . . . . .	Cr\$ 3.125,00
Médico . . . . .	Cr\$ 2.750,00
Secretário de Comissão . . . . .	Cr\$ 2.750,00

ANEXO "III"

Vencimentos dos Funcionários do Poder Judiciário

TABELA A — CARGOS EFETIVOS (CARREIRAS)

Nível	
1 . . . . .	Cr\$ 276,00
2 . . . . .	Cr\$ 276,00
3 . . . . .	Cr\$ 286,00
4 . . . . .	Cr\$ 297,00
5 . . . . .	Cr\$ 308,00

6 . . . . .	Cr\$ 320,00
7 . . . . .	Cr\$ 331,00
8 . . . . .	Cr\$ 343,00
9 . . . . .	Cr\$ 354,00
10 . . . . .	Cr\$ 365,00
11 . . . . .	Cr\$ 400,00
12 . . . . .	Cr\$ 434,00
13 . . . . .	Cr\$ 479,00
14 . . . . .	Cr\$ 525,00
15 . . . . .	Cr\$ 594,00
16 . . . . .	Cr\$ 662,00
17 . . . . .	Cr\$ 742,00
18 . . . . .	Cr\$ 822,00
19 . . . . .	Cr\$ 901,00
20 . . . . .	Cr\$ 981,00
21 . . . . .	Cr\$ 1.061,00
22 . . . . .	Cr\$ 1.141,00
23 . . . . .	Cr\$ 1.221,00
24 . . . . .	Cr\$ 1.301,00
25 . . . . .	Cr\$ 1.380,00
26 . . . . .	Cr\$ 1.460,00
27 . . . . .	Cr\$ 1.540,00
28 . . . . .	Cr\$ 1.620,00
29 . . . . .	Cr\$ 1.700,00
30 . . . . .	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1—C . . . . .	Cr\$ 1.980,00
2—C . . . . .	Cr\$ 1.822,00
3—C . . . . .	Cr\$ 1.676,00
4—C . . . . .	Cr\$ 1.542,00
5—C . . . . .	Cr\$ 1.419,00
6—C . . . . .	Cr\$ 1.305,00
7—C . . . . .	Cr\$ 1.201,00
8—C . . . . .	Cr\$ 1.105,00
9—C . . . . .	Cr\$ 1.017,00
10—C . . . . .	Cr\$ 935,00
11—C . . . . .	Cr\$ 861,00
12—C . . . . .	Cr\$ 792,00
13—C . . . . .	Cr\$ 728,00
14—C . . . . .	Cr\$ 670,00
15—C . . . . .	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	
1—F . . . . .	Cr\$ 264,00
2—F . . . . .	Cr\$ 225,00
3—F . . . . .	Cr\$ 198,00
4—F . . . . .	Cr\$ 159,00
5—F . . . . .	Cr\$ 146,00
6—F . . . . .	Cr\$ 119,00
7—F . . . . .	Cr\$ 93,00
8—F . . . . .	Cr\$ 80,00
9—F . . . . .	Cr\$ 66,00
10—F . . . . .	Cr\$ 53,00

TABELA D — CARGOS DO QUADRO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo	
Assistente . . . . .	Cr\$ 2.966,00
Assessor Jurídico . . . . .	Cr\$ 2.966,00
Diretor Auxiliar . . . . .	Cr\$ 2.966,00
Diretor Sec. da C.G.J. . . . .	Cr\$ 2.966,00
Assessor de Recursos . . . . .	Cr\$ 2.966,00
Assessor Adm. Imóveis . . . . .	Cr\$ 2.966,00
Secretário da As. de Imóveis . . . . .	Cr\$ 1.597,00

ANEXO "IV"

Vencimentos dos Funcionários do Tribunal de Contas

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

N í V E L	
1 . . . . .	Cr\$ 271,00
2 . . . . .	Cr\$ 273,00
3 . . . . .	Cr\$ 286,00
4 . . . . .	Cr\$ 297,00
5 . . . . .	Cr\$ 308,00
6 . . . . .	Cr\$ 320,00
7 . . . . .	Cr\$ 331,00
8 . . . . .	Cr\$ 343,00
9 . . . . .	Cr\$ 354,00
10 . . . . .	Cr\$ 365,00
11 . . . . .	Cr\$ 400,00
12 . . . . .	Cr\$ 434,00
13 . . . . .	Cr\$ 479,00
14 . . . . .	Cr\$ 525,00
15 . . . . .	Cr\$ 594,00
16 . . . . .	Cr\$ 662,00
17 . . . . .	Cr\$ 742,00
18 . . . . .	Cr\$ 822,00
19 . . . . .	Cr\$ 901,00
20 . . . . .	Cr\$ 981,00
21 . . . . .	Cr\$ 1.061,00
22 . . . . .	Cr\$ 1.141,00
23 . . . . .	Cr\$ 1.221,00
24 . . . . .	Cr\$ 1.301,00
25 . . . . .	Cr\$ 1.380,00
26 . . . . .	Cr\$ 1.460,00
27 . . . . .	Cr\$ 1.540,00



28	Cr\$ 1.620,00
29	Cr\$ 1.700,00
30	Cr\$ 1.780,00

**TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO**

1-C	Cr\$ 1.980,00
2-C	Cr\$ 1.822,00
3-C	Cr\$ 1.676,00
4-C	Cr\$ 1.542,00
5-C	Cr\$ 1.419,00
6-C	Cr\$ 1.305,00
7-C	Cr\$ 1.201,00
8-C	Cr\$ 1.105,00
9-C	Cr\$ 1.017,00
10-C	Cr\$ 935,00
11-C	Cr\$ 861,00
12-C	Cr\$ 792,00
13-C	Cr\$ 728,00
14-C	Cr\$ 670,00
15-C	Cr\$ 617,00

**TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS****SÍMBOLO**

1-F	Cr\$ 264,00
2-F	Cr\$ 225,00
3-F	Cr\$ 198,00
4-F	Cr\$ 159,00
5-F	Cr\$ 146,00
6-F	Cr\$ 119,00
7-F	Cr\$ 93,00
8-F	Cr\$ 80,00
9-F	Cr\$ 66,00
10-F	Cr\$ 53,00

**TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR****CARGO**

Secretário Geral	Cr\$ 2.376,00
Diretor	Cr\$ 2.277,00
Assessor Técnico	Cr\$ 2.079,00
Assessor Técnico do Presidente	Cr\$ 2.079,00
Tesoureiro	Cr\$ 2.079,00
Auxiliar de Tesouraria	Cr\$ 1.042,00
Secretário do Presidente	Cr\$ 1.042,00
Delegado	Cr\$ 1.042,00
Bibliotecário	Cr\$ 1.042,00
Motorista	Cr\$ 1.042,00

**ANEXO "V"**

Vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

**TABELA A — MAGISTRATURA**

Desembargador	Cr\$ 5.850,00
Juiz do Tribunal de Alçada	Cr\$ 5.557,50
Juiz de Entrância Final	Cr\$ 5.200,00
Juiz de Entrância Intermediária	Cr\$ 4.680,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$ 4.212,00
Juiz Substituto	Cr\$ 3.790,80

**TABELA B — MINISTERIO PUBLICO**

Procurador Geral da Justiça	Cr\$ 5.850,00
Procurador da Justiça	Cr\$ 5.200,00
Promotor de Justiça de Entrância Final	Cr\$ 4.680,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	Cr\$ 4.212,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	Cr\$ 3.790,80
Promotor Substituto	Cr\$ 3.032,65

**TABELA C — TRIBUNAL DE CONTAS**

Conselheiro	Cr\$ 5.850,00
Auditor	Cr\$ 5.049,00
Procurador Geral	Cr\$ 5.049,00
Procurador	Cr\$ 5.049,00

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE LEI N.º 127-72**

ORIUNDO DA MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 38-72

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Encaminha anteprojeto de Lei que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e da Polícia Militar.

**PARECER**

1.) a) **RELATORIO** — Encaminha Sua Excelência o Senhor Governador do Estado a presente mensagem governamental de n. 38-72, que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos quadros do pessoal civil e dos poderes executivo, legislativo e judiciário e, ainda, os vencimentos do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

2.) A mensagem concede um aumento efetivo sobre os vencimentos extinguindo o abono provisório concedido pela Lei n. 6.279 de 31 de maio de 1972, a partir da data em que vigorará o presente aumento que é a partir de 1.º de outubro de 1972.

3.) No artigo 3.º fica fixado o valor do salário família que será de Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros) por dependente.

4.) Na mensagem ainda são extensivos os benefícios proporcionais aos inativos, segundo o critério da aposentadoria, reforma ou disponibilidade

5.) Autoriza finalmente a abertura do crédito suplementar até o limite de Cr\$ 30.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para cobertura das despesas dela decorrentes.

Analisando vagarosamente a presente mensagem de aumento, verificamos que a mesma não satisfará as reais necessidades do funcionalismo público estadual, que pelo menos deveria ter a mesma porcentagem de aumento, na mesma data concedida aos funcionários públicos federais, embora o quantum

agora seja igualado tão somente para vigorar a partir de 1.º de outubro do corrente ano, o que de certo modo se nos afigura como uma data um tanto distante.

Ao nosso ver, o ideal seria que, pelo menos ela vigorasse a partir de 1.º de agosto, ou no máximo em 1.º de setembro, para se atender o problema de implantação nas folhas, embora saibamos que os recursos para tal teriam que ser retirados de outras atividades dispendiosas do Estado. Entendemos justo que a condição humana de cada funcionário e suas famílias deva merecer o cuidado primordial do Governo, mesmo de que isto sustem-se outras atividades administrativas.

Mas, como na matéria temos que nos ater tão somente ao aspecto legal estatuido nas Constituições federal e estadual que determinam a competência do Senhor Governador do Estado para apresentação de projetos que impliquem em aumento da despesa pública (artigos 25 e 35 da Constituição Estadual), tem esta Assembléia Legislativa do Estado, que concordar ou discordar da matéria.

Assim, sob o aspecto constitucional o projeto está em consonância com a Lei, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, como relator da Comissão de Constituição e Justiça, dentro do prisma a que nos está afeto apreciar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Muggiati Filho — Ovídio Franzoni — Maurício Fruet — Santos Lima — Cândido M. de Oliveira

**EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 127-72**

O Artigo Primeiro terá a seguinte redação:

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil e dos Poderes Executivos, Legislativo, Judiciário, e do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de agosto de 1972, fixados na forma do percentual que foi atribuído pela Lei n.º 6.279, de 1972 e art. 2.º da presente lei aos membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1972

aa) Erondy Silvério e Armando Queiroz

**JUSTIFICATIVA:**

Diz o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, na mensagem que propõe a majoração dos vencimentos do funcionalismo público do Estado, que as novas tabelas procuram, entre outros objetivos, atender "a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos".

Apesar de assim anunciada, a intenção não é cumprida pelo Executivo na sua proposta. Na verdade, os vencimentos do funcionalismo estadual não vêm sendo reajustados "pari passu" com os do pessoal da União. No episódio desta majoração, propõe-se alteração a partir de outubro, quando a União deferiu benefício idêntico no início do ano. A correção alegada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, portanto, é fictícia, e vários trabalhos desta Casa já comprovaram a descapitalização do servidor estadual com paridade ao C. União. Admitindo-se, ainda, que o Governo Federal somente está compensando a desvalorização da moeda ao rever as tabelas do seu pessoal, forçoso e concluir que o servidor do Estado está ganhando cada vez menos. A crença proposta, pois, propugna pela desaceleração dessa descapitalização. Antecipando para agosto a vigência do reajuste; Por outro lado, verificando os percentuais das tabelas propostas pelo Poder Executivo, notamos uma discriminação odiosa na parte que se refere as tabelas I a IV e V, onde os integrantes desta, foram aquinhoados com mais de 25%, tomando-se por base o vencimento anterior a maio de 1972 e os demais servidores com 20%. Talvez isso tenha passado despercebido pelo chefe do Poder Executivo, que sempre tem agido com justiça e não aceita pressões de qualquer Poder, daí a razão de emendarmos também nessa parte o aumento dos funcionários, os quais, segundo norma de âmbito Federal, devem receber igual percentual de aumento, pois a inflação e alta do custo de vida é a mesma para todos.

**EMENDA ADITIVA****AO PROJETO DE LEI N. 127-72****ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:**

"Art. — Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos Escrivães Criminais de entrância final, intermediária e inicial, a gratificação de função de símbolos 1-F, 2-F e 3-F, respectivamente".

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1972

aa) Erondy Silvério e Armando Queiroz

**COMISSÃO DE FINANÇAS****PROJETO DE LEI N.º 127-72****PARECER**

1.) A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n. 38-72, e tem por objetivo elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa, também, a majoração dos vencimentos dos membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Quadro junto ao referido Tribunal.

2.) A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à sua aprovação, sendo que aquele órgão foram apresentadas duas emendas pelo Deputado Erondy Silvério.

3.) No que tange ao aspecto financeiro da proposição nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação. Quanto às emendas, opinamos pela sua rejeição, face ao impedimento constitucional, contido no art. 35, § 1.º, da Carta Estadual.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em... de setembro de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Jorge Sato — Relator

João Fadel — David Federmann — Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de registro pelo "Dia da Imprensa", transcorrido no último dia 10, próximo passado. — Aprovez.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos às alunas da 4.ª série do Colégio Cajuru, pela sua alta sensibilidade humana, ao mesmo tempo que envie ao Batalhão de Sinalização de Tráfego e ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, parabéns e solicite o registro em folha de Serviço de um voto de louvor desta Assembleia Legislativa do Paraná ao Guarda Sinalizador Miguel Renato Costa, pela dignificação do seu trabalho e de sua função pública. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para Projetos de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Egidio Michaelson. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado telegrama ao Presidente do Banco do Brasil S.A., em Brasília no sentido de que aquele estabelecimento bancário realize estudos objetivando a concessão de uma linha de crédito especial para os triticultores do Oeste e Sudoeste do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao "Diário Popular", pela vibrante linha democrática e decidido apoio às reivindicações populares que marcam a esclarecida orientação do jornal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Armando Queiroz, lido da Tribuna, solicitando seja levado ao conhecimento dos órgãos federais, o problema face às recentes geadas que atingiram as culturas de trigo e feijão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final do Projeto de Lei n. 47-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 311-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, que para orgulho do povo paranaense, veio assinar contrato para execução das obras da BR-153. — **Aprovado.**

O SR. Presidente — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.ºs 240-69, 189-71, 287-71, 14-72, 15-72, 26-72, 114-72;

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-71 e dos Projetos de Lei n.ºs: 177-70, 28-71, 136-71, 157-71;

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs: 219-71, 238-71, 27-72, 55-72, 76-72, 127-72;

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs: 154-70, 15-71, 187-71, 270-71, 1-72, 36-72, 116-72.

Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### Comissão de Constituição e Justiça 7.ª Legislatura — 2.ª Sessão Legislativa Ata da 14.ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, após o término da Sessão Plenária, reuniram-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Muggiati Filho, Cândido Manoel, Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Ovidio Franzoni, Igo Losso, Mauricio Fruet e Santos Lima. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 8-72, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Concede pensão mensal de Cr\$ 50,00, à Octacília de Andrade Belich. Relator Deputado Muggiati Filho. Deferido pedido de vista do Senhor Deputado Erondy Silvério. 2) — PROJETO DE LEI N. 87-72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel, e Projeto de Lei n. 90-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Concede título de cidadão honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dep. Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer favorável. Requer seja anexado um Projeto de Lei ao outro em virtude de tratar da mesma matéria. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 11-72, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00, à viúva Maria Coeli Pernacheli. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 12-72, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Declara de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Izabel do Ivaí. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 17-72, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00, a Agostinho Correa de Bittencourt. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 21-72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Declara de utilidade pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 75-72, de autoria dos Senhores Deputados Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando pelos Municípios que especifica. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 93-72 de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada D'Oeste, autorizando igualmente, construir através da SVOP, o prédio para funcionamento do referido ginásio, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer:

favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 103-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Diretor Frederico Hermann, pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Relator Deputado Mauricio, digo, Paulo Camargo. Parecer: contrário. Rejeitado o parecer. Designado novo relator o Deputado Mauricio Fruet. 10) — PROJETO DE LEI N. 105-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Centro Academico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Rejeitado o parecer. Designado novo relator Deputado Mauricio Fruet para dar parecer de acordo com o vencido. 11) — PROJETO DE LEI N.º 115-72, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinatti. Transfere ao DER, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, passando pelos Distritos que especifica e terminando em Cândido de Abreu. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 121-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Concede diplomas de cidadão Benemérito e Honorário do Estado do Paraná aos Generais Ernesto Geisel e Araken de Oliveira. Relator Deputado Mauricio Fruet. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto a fim de juntar dados biográficos do Exmo. Sr. General Araken de Oliveira, e esclarecer, ainda que quanto ao General Ernesto Geisel já existe uma Lei concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná. Deferido. 13) — PROJETO DE LEI N. 123-72, de autoria do Senhor Deputado Quiesse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Transportes, asfaltar o trecho de estrada, entre a cidade de São José dos Pinhais e a BR-468. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N. 124-72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar integrado na estrutura administrativa da SEC, o Museu de Etnias. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 125-72 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, Município de Matinhos. Relator Deputado Santos Lima. Deferido pedido de vista do Senhor Deputado Mauricio Fruet. 16) — PROJETO DE LEI N. 127-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Foram apresentadas duas emendas pelo Senhor Deputado Erondy Silvério. Aprovado o parecer e as emendas. 17) — PROJETO DE LEI N. 132-72, de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk. Declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense Divina Providência, com sede nesta Capital. Relator Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N. 112-71 de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, com sede no Município de Pinhão. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N. 46-70, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Altera a Lei n. 5.957 de 20.6.69, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Magistério do Paraná. (Professores com Cursos de Nancy, Cambridge e Michigan). Relator Deputado Muggiati Filho. O Senhor Deputado Mauricio Fruet, que havia pedido vista, devolve-o, com uma emenda. Parecer: contrário. Em votação: Rejeitado o parecer e aprovada a emenda do Deputado Mauricio Fruet. Designado novo relator, Deputado Ovidio Franzoni, para oferecer parecer de acordo com o vencido, acatando a emenda aprovada. 20) — PROJETO DE LEI N. 263-66, de autoria do Senhor Deputado João de Mattos Leão. Declara de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Pitanga. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja reiterado o pedido de diligência junto à entidade. Deferido. 21) — PROJETO DE LEI N. 373-66, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Busato. Declara de utilidade pública a Associação de Ensino Bom Jesus, desta Capital. Relator Deputado Mauricio Fruet. Requer seja reiterado o pedido de diligência junto à entidade, a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 22) — PROJETO DE LEI N. 317-66, de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo. Transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Relator Deputado: Erondy Silvério. Parecer favorável com Substitutivo. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N. 686-66 de autoria do Senhor Deputado Joaquim Nêia. Declara de utilidade pública a Associação dos Viajantes do Norte do Paraná, com sede em Londrina. Relator Deputado Mauricio Fruet. Requer que seja convertido em diligências, novamente, a fim de que a entidade junte documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 24) — PROPOSIÇÃO N. 142-72, de autoria de Rui Soares de Loyola. Expediente encaminhando sugestão para que sejam adicionadas alíneas que especifica à Lei que concede pensão mensal às viúvas dos Senhores Deputados Estaduais. Relator Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 25) — PROPOSIÇÃO N. 146-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 37-72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre a União e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, visando execução a nível estadual, do subprograma de apoio governamental à estadual do subprograma de apoio governamental à implantação do plano Nacional de Sementes — Agiplan. Relator Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 150-72, 151-72, 152-72, 153-72, 157-72, 158-72, 161-72, 162-72, 163-72, 169-72, 170-72, 171-72 e 173-72, todos concluindo que os votos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Deputado Mauricio Fruet requer à Presidência desta Comissão, que seja constada em Ata a presença do Senhor Rafael Iatauro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nesta reunião que está por terminar. Deferido o requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente  
RITA CELESTINO SOARES — Secretária.